

1 Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
2 Em 09 e 10 de março de 2010, no St. Peter Hotel, no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 02, Bloco D, em Brasília, DF,
3 no horário de 9h00 as 17h30, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e
4 Fitoterápicos. Participantes: Ademir Valério Silva (Anfarmag/Manipulação), Alberto Jorge da Rocha Silva
5 (MMA), Alessandro Ferreira dos Passos (Casa Civil/PR), Ana Cecília Bezerra Carvalho (Anvisa), Ana Lúcia
6 Araújo (SEPED/MCT), Anny Margaly Maciel Trentini (Abifisa/Indústria), Bernardete Primieri Carelli (Rede
7 Ecovida-RS/Pampa), Carlos Luiz Milhomem de Abreu (Fitoplama/Pantanal), Divani Ferreira de Souza (MDA),
8 Elizaldo Luiz de Araújo Carlini (MEC), Francisca Elizabete Ferreira de Oliveira (Mapa), Hayne Felipe da Silva
9 (Fiocruz); Ivanildo Tajra Franzosi (Casa Civil/PR), José Miguel do Nascimento Junior (MS), Luis Carlos
10 Marques (Uniban/Pesquisa), Luiz Henrique Mourão (MCT), Manoel de Menezes Brasil Neto (Rede
11 Fitovida/RN/Bioma Caatinga), Rosa Maria Peres Kornijezuk (MAPA), Sérgio Ferreira de Figueiredo (MDIC),
12 Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz), Vânia Vieira Cunha Rudge (Centroflora/Agricultura), Pedro Ivo Ramalho
13 [parcial], Vanderlan Bolzani (UNESP/Pesquisa). Ausências justificadas: Elisabeth da Cruz Marins (Rede
14 Fitovida/RJ/Mata Atlântica), Mary Anne Medeiros Bandeira (CONASS/Gestor), Sérgio Panizza
15 (Conbrafito/Agricultura), Kleber Berté (APPM), Raimundo Nonato (Acbantú), Jaqueline Dias (Pacari), Mauricio
16 Reis (MinC), Teolide Turcatel (Yanten). Ausências não justificadas: Alexandro Rodrigues Pinto e Alexandre
17 Alves Ferreira (MDS), Amine Carvalho Santana (GTA/Amazônia), Lucélia Borges de Abreu Ferreira
18 (CONASEMS/Gestor), Maria José Monteiro e Suzana Lena Lins de Góis (MI). Convidados: Wagner Martins,
19 Ana Paula Oliveira, Gregório Santos (CGPLAN/SCTIE/MS), Helena Luna Ferreira (DECIIS/SCTIE/MS).
20 Ouvintes: Henrique Uchio Tada (ALANAC), José Everaldo Pires (Conbrafito), Joseane Costa (Fiocruz), Valéria
21 Rocha Ramos (MDS). Secretaria Executiva: Katia Torres e Rosane Silva (DAF/SCTIE/MS). **I - Abertura da**
22 **reunião:** Confirmado o quórum, a reunião foi aberta pelo Representante Titular do MS, José Miguel do
23 Nascimento Júnior, Diretor do DAF, que deu as boas vindas a todos. **II - Instalação dos trabalhos pela**
24 **Secretaria Executiva:** José Miguel apresentou a alteração de pauta com a inclusão do cronograma de reuniões e
25 com detalhamento da continuação do processo de planejamento e dos informes. Consultou aos presentes se todos
26 concordavam com a pauta proposta. A apresentação da Fiocruz e a análise estratégica de Fiocruz e MCT foram
27 postergadas. Para o processo de planejamento foram especificados os seguintes tópicos: a) status das atividades
28 propostas para os Ministérios e repactuação de prazos; b) apresentação da planilha Desafios e ações Ministérios;
29 c) elaboração de um relatório do PNPMF e monitoramento do Comitê para ser entregue aos Ministros e ao
30 Presidente Lula; d) modelo de gestão integrada; e) nomeação do GTI. Para os informes da Secretaria foram
31 especificados os seguintes tópicos: i) regimento interno publicado, ii) confirmação presença reunião, iii)
32 solicitação de passagens e prestação de contas viagem, iv) mensagem presidencial, v) fitoterápicos Portaria nº
33 2.982/2009; vi) reunião interministerial e no Ministério do Planejamento (MP) sobre o Plano Pluri Anual (PPA).
34 A pauta foi aprovada após os esclarecimentos sobre de que se tratavam os assuntos mensagem presidencial e
35 nomeação do GTI. José Miguel solicitou que os convidados se apresentassem. O primeiro informe dado foi sobre
36 a mensagem presidencial. Ivanildo Franzosi esclareceu que na 1ª versão da mensagem presidencial não constava
37 fitoterápicos, o que foi questionado pelo Ivanildo ao Gabinete do Ministro da Saúde. A mensagem presidencial é
38 um livro com um balanço do ano que se finda e as perspectivas para o próximo ano de governo e faz parte do
39 início dos trabalhos do Congresso Nacional, em fevereiro. A publicação é dividida por assuntos e não por
40 Ministérios. E assim na 3ª versão da mensagem presidencial foram incluídos os fitoterápicos. Dando início aos
41 assuntos do dia, Katia Torres explicou a necessidade de repactuação dos prazos para algumas atividades dos
42 Ministérios que ainda não foram concluídas. O primeiro ponto é a regulamentação pela Anvisa. Pedro Ivo
43 (Anvisa) anunciou ser novo integrante do Comitê representando a Anvisa e passou informações acerca das
44 regulamentações, entre elas a Resolução nº 10 a ser publicada na semana, provavelmente no dia 09, sobre
45 notificação de drogas vegetais. A norma de insumos passou por consulta pública (nº 63/2009) e muito em breve
46 passará pela Procuradoria e pela Dicol. A previsão de publicação é ainda para março. A norma de Boas Práticas
47 de Manipulação está pronta, esperando a publicação da Portaria de Farmácia Viva (FV) pelo MS. Miguel

48 esclareceu que a Portaria será discutida na reunião técnica do CONASEMS e que será votada na reunião da CIT
49 (Comissão Intergestores Tripartite) em 18/3/2010. Luis Marques perguntou se valeria à pena colocar a minuta de
50 Portaria de FV sob Consulta Pública. Miguel respondeu que a Portaria não impactará na regulamentação. Ela é o
51 instrumento para que a Anvisa possa regulamentar FV no SUS. A norma de B.P.F. de medicamentos foi revisada
52 conforme regulamentação da OMS e terá um capítulo específico para fitoterápicos. Já foi aprovada e está em
53 fase de ajuste de técnica legislativa. Ademir Silva perguntou se a Portaria FV regulamentará apenas setor público
54 e se será apenas para medicamentos fitoterápicos ou incluirá outros medicamentos. Katia Torres explicou que a
55 FV só existe no setor público e assim será regulamentada. Os processos previstos são cultivo,
56 beneficiamento/processamento, manipulação e dispensação. Ademir Silva concordou e apoiou a proposta
57 apresentada. Ana Cecília acrescentou que se mais tarde for necessário, a FV será regulamentada também para o
58 setor privado. A norma de registro de fitoterápicos está passando por ajustes de técnica legislativa e será
59 publicada ainda no mês de março. Luis Marques solicitou que a Portaria de FV fosse discutida pelo Comitê e
60 perguntou como ficaria a situação de organizações não governamentais. Ana Cecília continuou explicando que a
61 norma da lista de referências sobre segurança e eficácia está para ser publicada e que passará de 17 para 32
62 referências. A norma de bulas também será colocada em consulta pública com mais 6 bulas padronizadas. Luis
63 Marques ressaltou a importância sobre o monitoramento de mercado para cumprimento das normas. Ana Cecília
64 respondeu que já está sendo realizado o controle pós-mercado e que serão realizadas auditorias para registro de
65 medicamentos e notificação de drogas vegetais. Sobre a regulamentação de cultivo de plantas medicinais, a
66 Francisca Elisabete disse que o Mapa tem tido uma série de dificuldades para a regulamentação, inclusive de
67 problemas financeiros para a contratação de *experts* no assunto. O Mapa já tem instrumento técnico próprio para
68 orgânicos, agrotóxicos e organização de agricultores na forma de cooperativas. Tem Portaria em conjunto com
69 MMA sobre extrativismo. Consultou jurídico sobre que tipo de instrumento o Mapa deveria adotar, se Portarias
70 somente do Mapa ou em conjunto com outros Ministérios. A proposta seria incluir anexos específicos para
71 plantas medicinais nas regulamentações já existentes. Estão no momento de comparar a legislação de orgânicos
72 com a cartilha de Boas Práticas de Cultivo (BPC) junto com a IN nº 64 para elaborar uma de plantas medicinais.
73 Rosa explicou quando indagada, pelo Luis Marques, que o objetivo da normatização de cultivo é definir controle
74 de qualidade da matéria-prima. A IN dará orientações baseada nas BPC. Estão formando equipe de estudo com
75 Unicamp, Unb. Informou que o Mapa tem pessoas treinadas em todos os Estados para monitorar a agricultura
76 orgânica e que o sistema orgânico é participativo, mas não é obrigatório. Prof. Carlini lembrou que não há tempo
77 para elaborar uma técnica específica de cultivo para cada espécie. Sugeriu selecionar uma ou duas plantas para
78 estabelecer normas de cultivo. O Mapa está trabalhando em conjunto com a Embrapa para selecionar plantas e
79 com pesquisadores para reativar rede de plantas medicinais. Sobre as ações do MCT relacionadas a pesquisa
80 (PD&I) não há previsão orçamentária ainda e as ações precisam ser discutidas internamente, uma vez que os
81 novos representantes do MCT assumiram recentemente e ainda não tomaram conhecimento das ações que foram
82 definidas. Dando continuidade, MS, Anvisa, MCT, Mapa, MMA informaram sobre o status das atividades de
83 PD&I, informação/comunicação, SUS, conhecimento tradicional e popular, cultivo e manejo de plantas
84 medicinais e produção de fitoterápicos, comercialização, recursos humanos e cadeia produtiva, definidas em
85 planilha elaborada na reunião passada e repactuaram os prazos (anexo 1 -
86 Analise_PNPMF_Priori_Relatório_versão 23 04 2010 – pasta matriz). Entre os assuntos discutidos no
87 preenchimento da planilha destacam-se as seguintes intervenções: Vânia Rudge – incluir empresas para
88 financiamento de pesquisas, por meio de editais de subvenção. Luis Marques – incluir editais para marcadores,
89 com possibilidade de empresas incubadas por Universidades produtoras de marcadores, ou seja, empresas
90 privadas produtoras de marcadores com apoio governamental. Ana Cecília – esclareceu que segundo a legislação
91 brasileira, os marcadores têm que ser oficializados pela Farmacopeia Brasileira (FB), então teria que conversar
92 com a FB para que ela pudesse oficializar os marcadores produzidos por empresas privadas. Anny Trentini disse
93 que há necessidade de se estimular a produção nacional de marcadores. Ana Cecília - Sobre a publicação de
94 artigos as revistas existentes não aceitam trabalhos com extratos vegetais, por exemplo. Poderia haver a

95 possibilidade de se criar e publicar uma revista. José Miguel - sugeriu que os representantes do MEC e do MCT
96 possam discutir este assunto com seus pares e posicionar o Comitê sobre o assunto. José Miguel sugeriu que a
97 Capes seja convidada pelo MEC e MCT para fazer apresentação no Comitê dos critérios para publicação na área.
98 Sérgio Figueiredo – Em reunião com MDA, MS e MDIC foi elaborado um esboço da cadeia produtiva de
99 fitoterápicos para identificar gargalos. Segundo ele, o setor produtivo precisa ter dados sobre o mercado e é
100 preciso ter uma identificação clara de demandas. Miguel sugeriu que MDIC entre em contato com a Câmara de
101 Medicamentos (CMED) para obter informações do mercado externo e interno de fitoterápicos. MDIC solicitou
102 que o MS articule reunião entre MDIC e CMED. Sobre o conhecimento tradicional, foi proposto convidar o
103 CGEN para apresentar ao Comitê a regulamentação sobre conhecimento tradicional. Alberto Silva sugeriu
104 convidar o Departamento do Patrimônio Genético e não o CGEN que é um colegiado, para que aquilo que já está
105 em discussão possa ser trazido para o âmbito do Comitê para que seja conhecido. O outro estudo proposto é
106 sobre o uso popular e tradicional de plantas medicinais, a partir de legislações internacionais. Salientou que uso é
107 diferente de conhecimento popular e tradicional. O MMA estará publicando portfólio das espécies prioritárias, a
108 partir do levantamento das “plantas do futuro”. Valcler Rangel lembrou que no dia 22 de março será assinado um
109 Termo de Cooperação entre MMA e Fiocruz e que poderia ser incluído o tema plantas medicinais, para o que
110 Alberto Silva concordou. Sobre o PPA, Wagner Martins relatou que o MS teve duas reuniões com o MP, com as
111 Secretarias de Orçamento Federal (SOF) e de Programas e Investimento (SPI), as quais acharam relevante que o
112 PNPMF tenha um programa dentro do PPA e acenaram para a possibilidade de revisão qualitativa do PPA. Foi
113 realizada proposta de programa com Mapa, MDIC, Fiocruz e MS. Wagner propôs que a Casa Civil possa
114 encaminhar a proposta ao MP. Ivanildo Franzosi deixou claro que a atribuição de enviar a proposta ao MP é do
115 MS, coordenador do PNPMF. Valcler Rangel explicou aos presentes a mudança na representação da Fiocruz no
116 Comitê Nacional. Hayne Felipe fez uma explanação sobre o portfólio de ações do NGBS, por meio de redes em
117 biomas; a criação do portal www.redefito.org; duas turmas concluídas do curso de Gestão e Inovação em
118 Biodiversidade; a construção da Plataforma Agroecológica, visando PD&I. Valcler explicou a interação entre a
119 Vice-Presidência de Meio Ambiente e Atenção e Promoção à Saúde, a Vice-Presidência de Inovação com o
120 PNPMF; o convênio com BNDES visando produção de medicamentos e fitoterápicos; a atuação sobre a
121 preservação da biodiversidade. Como desafios articular um programa institucional de plantas medicinais e
122 fitoterápicos reunindo as pesquisas nesta área, das unidades da Fiocruz nesta área, como Farmanguinhos, os
123 Centros de Informação em Ciência, Tecnologia em Saúde (CICTS), o IOC (Instituto Oswaldo Cruz) que realiza
124 pesquisa básica e aplicada, a indução de um núcleo de fitoterápicos na Escola Nacional de Saúde Pública
125 (ENSP), o INCQS (Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde) na área de controle de qualidade;
126 centros regionais/institutos de pesquisas em MG, RO, AM, PR, BA, PE a serviço do PNPMF. Outro ponto
127 importante é a atenção em saúde, por meio de hospitais e centros com implantação da Estratégia Saúde da
128 Família e a atenção básica e a interface com a promoção da saúde com as iniciativas da sociedade, não
129 governamentais; e ainda, contribuir no desenvolvimento das parcerias público privadas para fitoterápicos. Anny
130 Trentini perguntou sobre a sequência prevista para o trabalho das redes e Hayne Felipe respondeu que o NGBS
131 está elaborando planejamento para 2010 para fortalecimento das redes, como base de geração de informação
132 para um trabalho prospectivo na produção e inovação de medicamentos fitoterápicos. Luis Marques ponderou se
133 o trabalho em redes não está sendo paralelo ao invés de ser complementar para otimizar recursos e objetivos
134 mais concretos. Valcler respondeu que o objetivo da Fiocruz é exatamente esse de alinhar suas ações com o
135 PNPMF para evitar desperdício de recursos. Hayne complementou que o projeto em redes é um instrumento para
136 o PNPMF e para o próprio Comitê. Valcler sugeriu que as sugestões e críticas às Redes Fito possam ser
137 encaminhadas pelo site. **Informes da Secretaria Executiva:** o Regimento Interno do Comitê foi publicado por
138 meio da Resolução nº 1, de 21 de dezembro de 2009. Sobre a confirmação de presença na reunião, solicitação de
139 passagens e prestação de contas da viagem, Katia Torres explicou que poucos representantes do governo têm
140 confirmado presença na reunião o que dificulta a organização da mesma, definição do nº de pessoas para almoço;
141 que é recomendável que a Secretaria Executiva seja avisada sobre a participação dos ouvintes para acompanhar a

142 reunião na ausência de determinado membro, para que a Instituição o qual ele representa possa acompanhar as
143 discussões; que a Secretaria Executiva envia os documentos da reunião apenas para titular e suplente e que é
144 responsabilidade do membro do Comitê repassar esses documentos para os convidados da sua Instituição. Em
145 relação à passagem será colocado no próximo ofício que a solicitação seja encaminhada diretamente para a
146 pessoa responsável – Monique Ferreira, com cópia para a Secretaria Executiva e que tem acontecido de pessoas
147 desistirem da viagem de última hora e que embora existam imprevistos, isto causa um dano, porque o Ministério
148 paga uma multa pelo bilhete não utilizado. Pediu que fosse tomado cuidado para não desperdiçar o recurso
149 público e quando for inevitável, é preciso justificar a não utilização da passagem e fazer a devolução da diária,
150 por meio do pagamento da GRU (Guia de Recolhimento da União). Tem membros com pendências de prestação
151 de contas, a qual deve ser sempre enviada assim que o membro voltar da reunião, para que o sistema não
152 bloqueie a emissão de nova passagem. Que tem acontecido do titular confirmar presença e não estar regularizado
153 e na última hora não haver tempo hábil de solucionar a pendência e de convocar o suplente. Explicou ainda que
154 se a passagem não for utilizada não pode utilizar a diária. Ambas são canceladas, porque no processo a diária é
155 vinculada a passagem. E que no caso de alteração de voo, a pessoa justifica a mudança de horário e arca com a
156 diferença de valor ou despesas, caso houver. E quando usar uma passagem de outro Ministério, tem que
157 apresentar o e-ticket para que a diária possa ser paga. Em relação aos fitoterápicos da Portaria nº 2.982/2009, foi
158 solicitado aos membros do Comitê a sugestão de novos fitoterápicos, para caso haja a possibilidade de novas
159 pactuações com a alteração da Portaria. Foi solicitado que as sugestões viessem acompanhadas com justificativas
160 segundo os critérios de: fitoterápicos com registro na Anvisa, produzidos com plantas medicinais nativas ou
161 exóticas adaptadas e que não constem da IN nº 6 do MMA sobre plantas ameaçadas de extinção. Foram
162 recebidas 7 sugestões de Abifisa, Anvisa, Centroflora, Conbrafito, Fiocruz, Lab. Yanten e Uniban e apenas duas
163 delas com justificativas, e que após análise das justificativas e referências, os fitoterápicos poderão ser
164 selecionados ou não. Anny Trentini perguntou se é obrigatório ou não que sejam cumpridos todos os critérios,
165 porque na lista atual dois fitoterápicos não são nativos. Katia explicou que a informação de que a Cáscara-
166 sagrada e a Garra-do-diabo estão sendo cultivadas no país, não foi confirmada no levantamento bibliográfico
167 realizado e que este ficou pronto após a publicação da Portaria. Anny Trentini argumentou que seria uma
168 oportunidade de estimular os agricultores a trabalharem com essas plantas aqui no Brasil, uma vez que elas já
169 têm cultivo bem definido em outros países. Katia disse que o Programa pretende incentivar as plantas que
170 possam ser cultivadas no país. Que os Estados ainda estão iniciando a pactuação dos 8 fitoterápicos. Vânia
171 Rudge também afirmou que a manutenção desses dois fitoterápicos pode incentivar a produção no país. Rosane
172 Alves explicou que a COMARE-FITO deverá ser instalada até abril e que ficará responsável pela inclusão,
173 exclusão e seleção de fitoterápicos e que as sugestões do Comitê poderão ser utilizadas pela COMARE-FITO.
174 Luis Marques pediu espaço para que o Comitê possa discutir a Rénisus, porque a lista de fitoterápicos não é um
175 problema porque os fitoterápicos já são registrados e não têm problemas. Katia explicou que a Rénisus é
176 composta por plantas medicinais com muitos e poucos estudos. Prof. Carlini sugeriu que as sugestões de
177 fitoterápicos não sejam apenas enviadas e sim discutidas no Comitê. Katia explicou que a decisão dos
178 fitoterápicos a serem pactuados é do MS, CONASS e CONASEMS. A minuta da Portaria de FV foi lida e
179 distribuída para os presentes, conforme combinado pela manhã. Katia Torres explicou que a Portaria é a
180 ferramenta legal para a Anvisa poder regulamentar a FV, segundo a Procuradoria da Anvisa. Alberto Silva se
181 pronunciou dizendo que da forma como está pode vir a restringir o que se conhece como experiência no país
182 quando se coloca como modelo. Sugeriu que se pensasse colocar como modelo de produção de plantas
183 medicinais e fitoterápicos o que está na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Prof. Carlini
184 manifestou suas preocupações quanto a manter os princípios do Prof. Matos para Farmácias Vivas, como o
185 cultivo em hortos. Katia explicou que o MS pretende apoiar os projetos existentes, adequadamente
186 regulamentados e que a Anvisa não regulamenta planta fresca, *in natura*. Vanderlan Bolzani disse que tudo que
187 vai para o SUS precisa ter regulamentação mínima que é o que está na Portaria. Acrescentou que nos cultivares
188 do Prof. Matos a composição química não varia e que as plantas quando trazidas do Ceará para Araraquara e

189 Botucatu não reproduzem a mesma composição química. Alberto Silva entende que criar um modelo não é um
190 avanço e sim um retrocesso. Vânia Rudge afirmou que a modificação do habitat altera os ativos e suas
191 concentrações encontrados nas plantas e que espera que a regulamentação contemple controle de qualidade para
192 matéria-prima vegetal. Katia explicou a importância de se trabalhar com um horto matriz, com uma lista de
193 plantas definidas e que a regulamentação para FV não será muito diferente da regulamentação de farmácia de
194 manipulação justamente em função do controle de qualidade necessário. Luis Marques pediu esclarecimentos
195 quanto ao uso do nome FV em relação à família do Prof. Matos, se é cabível expandir para o segmento
196 filantrópico. Katia explicou que a Prof. Mary Anne do Ceará foi consultada sobre o uso do nome FV e a minuta
197 foi enviada para conhecimento da família. A resposta recebida é de que a família tentou registrar o nome, mas
198 devido ao tempo passado o nome já é de domínio público. A minuta de Portaria não abrange o segmento
199 filantrópico. Luis Marques lamentou o fato do MS não colocar em consulta pública a Rensus e nem a Portaria
200 de FV. Outro assunto abordado foi a regulamentação para remédios caseiros e de práticas populares e
201 tradicionais, o uso tradicional nos aspectos não constantes da RDC nº 48/2004, a partir das experiências
202 existentes no Brasil. Na reunião passada foi acordado em se criar um grupo para estudar a legislação
203 internacional para elaborar proposta de Projeto de Lei. Como não houve quorum na tarde do dia 09 para decisão,
204 foram apenas elencados os interessados em participar de um grupo de trabalho: FIOCRUZ, CONBRAFITO,
205 MMA, UNIBAN, REDE ECOVIDA, PACARI, ANFARMAG, MAPA e MS. A reunião no 2º dia foi iniciada
206 com a discussão sobre o cronograma, uma vez que não houve a reunião de janeiro, que seria a 2ª Reunião
207 Ordinária. Ficaram definidas as seguintes datas para as próximas reuniões: 09 e 10/03/2010 - 2ª Reunião
208 Ordinária; 11 e 12/05/2010 - 2ª Reunião Extraordinária; 06 e 07/07/2010 - 3ª Reunião Ordinária; 21 e
209 22/09/2010 - 3ª Reunião Extraordinária; 09 e 10/11/2010 - 4ª Reunião Ordinária. Em seguida foi aprovada a ata
210 da 2ª Reunião Extraordinária; Ana Cecília entregará, para a Secretaria Executiva, pequenas correções de redação.
211 Ana Cecília comunicou que foi publicada a RDC nº 10, de 9 de março de 2010, no D.O.U. de 10/3/2010, sobre
212 notificação de drogas vegetais. Wagner Martins deu continuidade ao planejamento, explicando que o PPA é um
213 conjunto de programas que comporta um conjunto de ações de caráter abrangente para permitir que tudo que um
214 órgão faça relativo àquele programa, possa ser financiado por essa ação, que se transforma numa ação
215 orçamentária. A idéia é que o PNPMF possa ser resumido e incluído no PPA do governo federal. Foi construída
216 uma proposta, que foi encaminhada para ajustes dos Ministérios. Sérgio Figueiredo avisou sobre a realização do
217 Fórum de Competitividade a ser realizado em março em Brasília. Wagner Martins continuou explicando a
218 planilha a ser construída a partir das ações que estão sendo e a serem desenvolvidas, desafios e prioridades
219 apontados pelos Ministérios. Essa planilha definirá as ações que são prioritárias para o Comitê, de caráter mais
220 urgente ou mais estruturante, para que se possa visualizar as ações/atividade propostas pelos Ministérios de
221 forma integrada. Foram selecionados uma série de desafios que possam dar a amplitude do processo. Assim
222 serão definidos uma série de resultados a serem perseguidos durante o ano, com respectivos indicadores e metas
223 definidos para eles. A planilha foi discutida e foram definidos ações e resultados (anexo 2 - Realinhamento
224 10032010). Luiz Henrique avisou sobre a realização da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, em
225 Brasília, no próximo mês de maio. Wagner Martins iniciou a exposição da proposta de modelo de gestão que
226 integra as competências dos diferentes órgãos de governo e da sociedade civil, para uma formulação
227 participativa das estratégias, o gerenciamento transparente da execução e um processo sistemático de
228 Monitoramento e Avaliação, das ações, projetos e do contexto de sua implementação. Um suporte de gestão
229 onde a capacidade de governo poderá ser incrementada e para permitir a implementação de projetos advindos de
230 uma rede de organizações tanto pública quanto privada; projetos que precisam ser acompanhados e
231 potencializados. É preciso de uma estrutura de governo, além do Comitê, o qual se reúne de quatro em quatro
232 meses. Para isso o Comitê conta com uma estrutura de Secretaria Executiva e com o Grupo Técnico
233 Interministerial, com representantes dos diversos Ministérios e órgãos governamentais, os quais irão facilitar as
234 discussões e o processo de gestão. Isso teria uma plataforma de gestão integrada onde entra o planejamento, a
235 integração de conhecimentos e competência, o apoio à execução financeira e orçamentária, o acompanhamento

236 de situação, informações estratégicas, a comunicação, num espaço cibernético, ou seja, na rede mundial de
237 computadores, o acompanhamento de um portfólio de ações e a interação dos diversos setores que compõem o
238 Comitê. Após a definição das ações prioritárias, o próximo passo é definir resultados, metas, prazos, indicadores,
239 com um sistema de armazenamento e análise de informações, um plano de inteligência com as necessidades de
240 informação de cada participante, criar mecanismo de atualização do plano de trabalho, identificação e análise das
241 relações dos envolvidos com o Programa, permitindo ampliar a capacidade de integração de competências e
242 gerar a gestão participativa. O questionário passado algum tempo atrás, para os membros do Comitê, tem o
243 objetivo de identificar o vínculo de pessoas com ação, pessoa com pessoa, pessoa com instituição, instituição
244 com instituição, de como essa rede se movimenta e quais são os produtos gerados nessa rede. A proposta da
245 CGPLAN e que depende de decisão do MS e da Fiocruz, é a criação de um ambiente técnico para a atuação do
246 GTI de apoio a gestão do PNPMF, com uma infraestrutura de capacidade técnica que possibilitará: 1) o
247 desenvolvimento de atividades de análise situacional e prospectiva para orientar o planejamento, as ações e
248 projetos realizados no âmbito do programa; 2) a integração estratégica de competências e conhecimentos para o
249 desenvolvimento de projetos; 3) apoio técnico à execução física, orçamentária e financeira dos diferentes
250 projetos realizados no âmbito do Programa; 4) acompanhamento e avaliação do ambiente técnico-político onde
251 se insere o Programa, produzindo informações estratégicas para orientar a atuação dos membros da rede
252 sociotécnica do projeto; 5) ambiente físico e virtual para a interação entre os membros dessa rede de conversação
253 que estimule a comunicação e o desenvolvimento da inteligência cooperativa. Em seguida a palavra foi dada ao
254 representante do Ministério do Planejamento, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI),
255 Cláudio Cavalcante que está se propondo a ajudar na construção e implantação de um modelo de gestão
256 cooperativa para o PNPMF. Iniciou agradecendo o convite para participar da reunião e dizendo que uma política
257 envolvendo a coordenação de vários órgãos já é uma realidade do governo e a dificuldade é coordenar essas
258 ações que integram os vários órgãos, os próprios mecanismos e ferramentas não têm a facilidade de trabalho
259 corporativo. No MP já existe o Gespública que tem o foco na criação de redes de gestão, envolve órgãos federais
260 e estaduais e entidades da sociedade civil e todo o arcabouço é semelhante ao PNPMF. Geralmente os processos
261 de coordenação são vistos de uma forma bem tradicional: o processo é um conjunto de atividades que geram
262 algum produto, o que não se adéqua ao ambiente que se tem hoje, e numa política como a PNPMF, o processo
263 tem que ser visto como um conjunto de decisões que agregam valor à atuação do Estado. A SLTI está ligada a
264 ferramentas de informação, arquitetura de tecnologias descentralizadas, mais flexíveis. Uma experiência do MP
265 bem interessante foi com Anvisa, MAPA e IBAMA, com o processo de registro de agrotóxicos no país, onde
266 cada órgão tinha seu processo de registro; era muito difícil coordenar os três processos e muitas vezes não havia
267 comunicação entre eles, o que atrasava a entrada de produtos no país e impactava o meio ambiente e até a
268 economia. A plataforma tecnológica montada para esse processo teve resultados bem interessantes e poderá ser
269 apresentada em outro espaço mais técnico (GTI). Outra proposta da SLTI é implantar a política de compras
270 sustentáveis, trazendo o critério de sustentabilidade ambiental para as compras públicas, o que eventualmente
271 pode ter um encontro com o PNPMF. Cláudio manifestou interesse em estar acompanhando o PNPMF e se
272 colocou à disposição para apoiar a atividade do comitê. Katia Torres agradeceu a disposição e proposição do
273 mesmo de estar colaborando com o Comitê. Após questionamento do Prof. Carlini sobre necessidade de
274 aprovação ou não da proposta de se ter um espaço para a gestão participativa, Valcler respondeu que não há
275 necessidade de deliberação do Comitê e como mecanismo de gestão deve ser dada transparência ao Comitê, até
276 porque este deve se utilizar deste ambiente. Acrescentou que é necessário definir as prioridades do PNPMF, do
277 que é mais estratégico, para não desperdiçar esforços e recursos em muitas coisas, sem encontrar o foco
278 necessário para definição de resultados para o Programa. A plataforma de gestão integrada ajuda a trabalhar o
279 conjunto de setores envolvidos, porém é necessário dar mais materialidade e visão estratégica ao portfólio de
280 ações, e que é um esforço do Comitê encontrar as prioridades para o PNPMF. Vânia Rudge lembrou que criados
281 critérios, parâmetros e indicadores, aí sim passar para avaliação do Comitê, o que está na sua competência. Ter
282 muito focado o que é competência do Comitê. E continuando a reunião, Katia Torres explicou que o MS estará

283 solicitando aos Ministérios, a indicação de representantes para o GTI. Luiz Henrique perguntou se as
284 apresentações serão enviadas aos membros do Comitê e se estão previstos recursos para a plataforma de gestão
285 integrada. Katia explicou que a planilha será enviada para correções e adequações e Wagner respondeu que há
286 sim de se pensar em sustentabilidade financeira e que se a proposta é gestão cooperativa também deveria haver
287 um financiamento cooperativo. Valcler sugeriu que seja ponto de pauta do GTI, a captação e a alocação de
288 recursos para o Programa. Outro assunto de pauta foi a apresentação de proposta inicial para o Relatório, a ser
289 entregue ao Presidente Lula e aos Ministros, sobre o Estado da Arte do PNPMF. Como não houve quórum, foi
290 apenas entregue uma cópia do Relatório para apreciação e sugestões do Comitê. E dependendo da sinalização, o
291 Relatório seria melhor elaborado e enviado com antecedência para apreciação do Comitê. Anny Trentini sugeriu
292 incluir uma relação das ações elencadas com as ações do Programa, para facilitar a localização no documento.
293 Em seguida, Gregório Bittencourt apresentou um programa (Hora) com o resultado dos questionários que foram
294 enviados em novembro para os membros do Comitê, o que permite fazer um acompanhamento dos processos de
295 trabalho, ações, agentes, organizações, relatórios a respeito desses relacionamentos. **Palavra aberta:** Vânia
296 Rudge sugeriu revisão no formato da reunião, para que ela seja mais produtiva, que os assuntos possam vir mais
297 encaminhados, recebidos com mais antecedência, para ter mais subsídios e contribuir mais na reunião. Wagner
298 ressaltou que realmente o formato mais adequado para planejamento é o de oficina. Anny Trentini falou de dois
299 pontos que lhe chamaram a atenção: o primeiro é que muitas vezes foi necessário discutir assuntos sem um
300 conhecimento prévio, acabando preponderante mais uma opinião pessoal do que a representação da entidade e
301 outro é que nas últimas duas reuniões tem havido uma saída grande dos participantes, o que impede uma
302 discussão mais avançada, o que acaba esvaziando o contexto da reunião. Talvez no segundo dia trabalhar de
303 forma mais dinâmica, como oficina, mais produtiva, para que as pessoas não fiquem apenas como expectadoras e
304 a reunião possa trazer resultados mais positivos. Katia Torres explicou que alguns representantes dos biomas não
305 têm participado, por falta de prestação de contas de outras viagens, o que impede a emissão de passagens. Anny
306 Trentini sugeriu que fosse feita uma pesquisa junto aos membros para saber se a ausência nas reuniões é
307 decorrente do horário dos voos, se dois dias é muito tempo para manter-se afastado do trabalho. Katia Torres
308 explicou que está fazendo controle das presenças, porém o regimento interno foi publicado somente em
309 dezembro. E que segundo o regimento, a penalidade para faltas não justificadas é a substituição do representante.
310 Vânia Rudge sugeriu que este assunto pudesse ser incluído na pauta da próxima reunião e ainda que o Comitê
311 pudesse avaliar e apresentar na próxima reunião as ações do Programa que podem ser feitas com mais
312 celeridade. Katia explicou que o preenchimento da planilha de prioridades é “dever de casa”. Valcler lembrou
313 que para a próxima reunião será convidado o Departamento do Patrimônio Genético e que não haverá muito
314 tempo para o planejamento. Wagner orientou a trabalhar a planilha no GTI, porque são questões mais técnicas.
315 Vânia sugeriu uma apresentação sobre os compromissos internacionais assumidos no país, relacionados ao
316 PNPMF. Nada mais havendo Katia Torres convidou os participantes para o coffe-break, agradeceu a
317 participação e paciência de todos os presentes, desculpou-se pelas falhas e deu por encerrada a segunda reunião
318 ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Assinam a Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Ademir Valério Silva	_____
Alberto Jorge da Rocha Silva	_____
Alessandro Ferreira dos Passos	_____
Ana Cecília Bezerra Carvalho	_____
Ana Lúcia Araújo	_____
Anny Margaly Maciel Trentini	_____
Bernardete Primieri Carelli	_____
Carlos Luiz Milhomem de Abreu	_____
Daniellen do Valle R. do Amaral	_____
Divani Ferreira de Souza	_____
Douglas Duarte Q. Rego	_____
Elisabeth da Cruz Marins	_____
Elisaldo Luiz de Araújo Carlini	_____
Francisca Elizabete F. de Oliveira	_____
Hayne Felipe Júnior	_____
Ivanildo Tajra Franzosi	_____
Jaqueline Evangelista Dias	_____
José Miguel do N. Júnior	_____
Kleber Alves do Santos Berté	_____
Luis Carlos Marques	_____
Luiz Henrique Cantão	_____
Manoel de Menezes Brasil Neto	_____
Mauricio Jorge S. Reis	_____
Norberto Rech	_____
Paulo José Péret de Sant'ana	_____
Pedro Ramos de Souza	_____
Ricardo Tabach	_____
Rosa Maria Peres Kornijezuk	_____
Sérgio Tinoco Panizza	_____
Valcler Rangel Fernandes	_____